

Estados também cobrarão de inativos

Francisco Stuckert

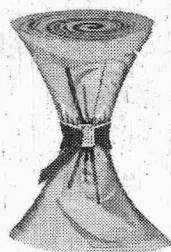
**Contribuição
pode ser a saída
para economia de
até R\$ 3,6 bilhões**

**Lei Camata obriga
governantes a
reduzirem seus
gastos com pessoal**

O único caminho para os Estados e municípios gerarem uma economia de R\$ 3,6 bilhões em 1999 é seguir o exemplo do Governo federal e aderir à cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos proposta no programa de ajuste fiscal. Essa é a avaliação do especialista em finanças públicas, economista Raul Velloso, que neste domingo participa da Maratona de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

O plano trienal - 1999 a 2001 - anunciado na última quarta-feira delegou aos governos estaduais e municipais uma fatia importante do superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros) de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) almejado para todo o setor público. Isso significa que do total de R\$ 28 bilhões que as três esferas de governo, mais estatais, terão de economizar no próximo ano, 0,4% do PIB (ou R\$ 3,6 bilhões) virão das prefeituras e estados. Igual percentual foi fixado para as estatais.

Como os estados e municípios deverão fechar este ano com déficit primário - gastos superando as receitas - o esforço fiscal deverá ser bem supe-



AJUSTE

rior aos R\$ 3,6 bilhões da parcela da meta de superávit primário. Velloso ressalta que diante dessa exigência, os governadores terão de tirar um pedaço da despesa de pessoal via cobrança da contribuição dos servidores inativos, uma das principais medidas apresentadas pelo Governo federal para reduzir o rombo do sistema de previdência do funcionalismo público.

Apertos

O aperto nos estados e municípios é uma tentativa de corrigir o absoluto descontrole com que a maioria deles tratam suas receitas. Os Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPM e FPE) - que são transferências que a União faz de parte das receitas com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados - vem num movimento crescente nos últimos anos. Passou, por exemplo de R\$ 20,9 bilhões em 1995 para R\$ 28,2 bilhões este ano, conforme as previsões do Ministério da Fazenda. No entanto, os déficits das contas estaduais e municipais, crescem na mesma proporção.

"As dificuldades dos Estados não se devem à falta de receitas, pelo contrário", diz o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Teto

Velloso vê mais uma razão para os Estados adotarem um novo sistema de contribuições previdenciárias. O governo está enviando ao Congresso um projeto de lei complementar para tornar mais rigorosa a Lei Rita Camata, que pretendia limitar em 60% da receita líquida os gastos de pessoal

em dezembro deste ano. Como esse teto foi cumprido por poucos Estados, o prazo será estendido até 2000, mas os governantes estaduais e municipais já terão que apresentar trabalho já no próximo ano.

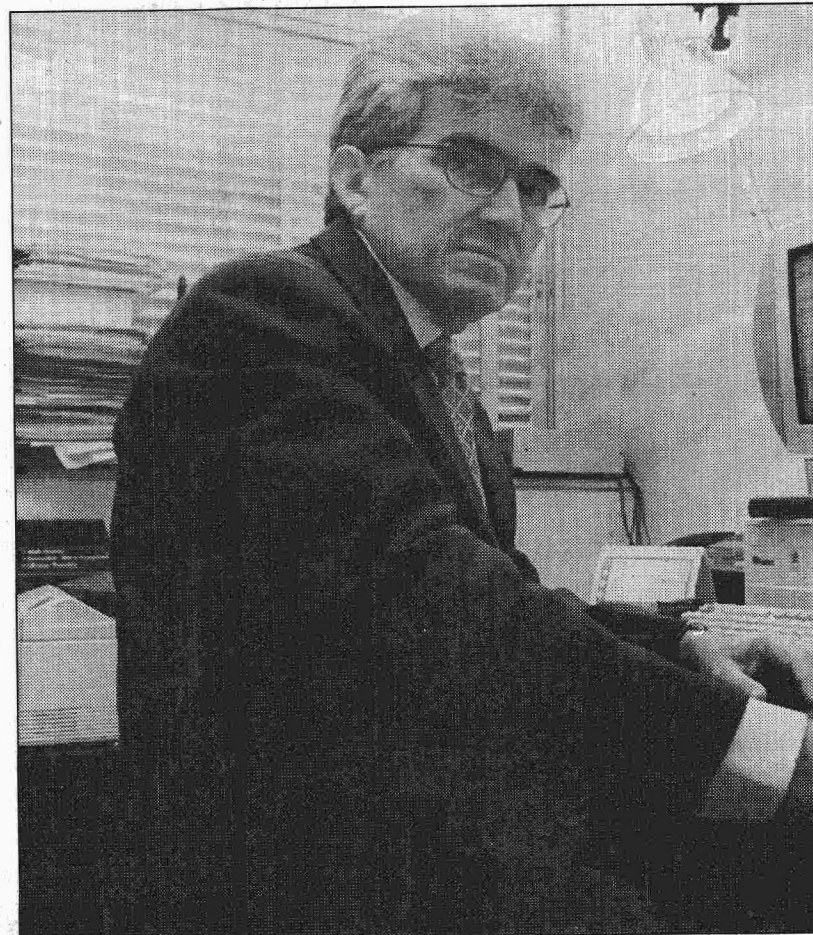
O projeto de lei complementar deverá estabelecer que os estados que gastam com pessoal mais do que o permitido deverão reduzir em dois terços o excedente já no próximo ano. Enquanto o teto não for cumprido, os Estados ficarão impedidos de conceder reajustes salariais e fazer novas contratações, mesmo de cargos comissionados.

Contratos

Também não poderão fazer empréstimos junto a bancos oficiais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, o grande agente financeiro da área de saneamento. E não poderão contar também com o aval da União para empréstimos externos. Além disso, os contratos de renegociação de dívidas firmados por 24 dos 27 estados obrigam o destino de até 13% da receita líquida para o pagamento de dívida com a União.

"O governo federal está pagando o custo político de cobrar a contribuição dos inativos. Agora é preciso que vá adiante e convença os governadores a andarem pelo mesmo caminho", enfatizou Velloso. Junto com a taxa dos servidores inativos, a outra grande novidade do programa é o corte de R\$ 8,7 bilhões nos gastos de custeio e investimento previstos na proposta original do Orçamento da União para 1999.

"Será um corte no osso e na carne que o governo fará com lágrimas nos olhos, porque terá de abrir mão de atividades fins, como aquelas nas áreas sociais", afirmou Velloso.



VELLOSO: governadores devem seguir mesmo caminho da União